

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA**

### **Francis Albert Cotta**

Doutor em História, área de concentração: política, cultura e trabalho (UFMG), com pós doutorados em História Social da Cultura (UFMG), Direito Penal e Garantias Constitucionais (UNLaM), Psicologia (UK) e Ciências Sociais (PUC Minas). Professor no Mestrado em Segurança Pública e Cidadania, da UEMG. Major da PMMG, atuou como docente no Curso de Especialização em Segurança Pública da PMMG. Pedagogo e Licenciado em História (PUC Minas), Mestrando em Educação (UFMG).

### **Tiago Farias Braga**

Doutorando em Ciências da Comunicação (UNISINOS), Mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE), Especialista em Direito (UNIDERP), Graduado em Direito (UNICSUL) e em Ciências Militares (APMMG). Capitão e discente do Curso de Especialização em Segurança Pública da PMMG. Bolsista da FAPEMIG

**Resumo:** Reflete sobre o Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública ofertado pelo Centro de Pesquisas e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais num contexto de fortalecimento das Ciências Policiais no Brasil. Busca-se analisar trajetórias e o ambiente de produção acadêmica de gestores intermediários, em meio às especificidades da educação profissional policial. Utiliza-se da produção bibliográfica específica, regionalmente elaborada, das normas e de outras fontes sobre o tema, estabelecendo diálogos com experiências de outras polícias militares no Brasil que possuem cursos semelhantes. Discutem-se estratégias para potencializar a circulação dos resultados das pesquisas. Conclui-se que novos desafios são colocados em termos de produção e distribuição dos conhecimentos diante dos diálogos estabelecidos com o mundo acadêmico num cenário de crescimento das Ciências Policiais.

**Palavras-chave:** Educação Profissional Policial. Ciências Policiais. Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Curso de Especialização em Segurança Pública. Diálogos Acadêmicos.

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

**Abstract:** Reflects on the Postgraduate Course in Public Security offered by the Research and Graduate Center of the Military Police Academy of Minas Gerais in a context of strengthening Police Sciences in Brazil. It seeks to analyze trajectories and the academic production environment of middle managers, in the midst of the specificities of police professional education. It uses the specific bibliographic production, regionally elaborated, norms and other sources on the theme, establishing dialogues with experiences of other military police in Brazil that have similar courses. Strategies to potentialize the circulation of research results are discussed. It is concluded that new challenges are posed in terms of production and distribution of knowledge in the face of dialogues established with the academic world in a scenario of growth in Police Sciences.

**Keywords:** Police Professional Education. Police Sciences. Military Police Academy of Minas Gerais. Specialization Course in Public Security. Academic Dialogues.

## 1 Introdução

Este estudo reflete sobre aspectos acadêmicos do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) ofertado pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais diante do recente reconhecimento das Ciências Policiais como área de conhecimento do rol das ciências estudadas no Brasil. Para tanto, busca responder a seguinte pergunta: em que medida a trajetória do CESP contribui para o fortalecimento das ciências policiais no cenário nacional e quais aprimoramentos podem acentuar ainda mais essa contribuição (seja por meio da divulgação das pesquisas e/ou pela aplicação no processo de gestão de segurança pública)?

Metodologicamente, realizou-se análise documental das instruções de educação de Polícia Militar, do projeto pedagógico do CESP, do catálogo de cursos, de pareceres, resoluções e portarias. Também foram feitas observações com base na vivência do cotidiano escolar de turmas de tal curso de especialização nos anos de 2018 e 2020,

por parte dos autores (nos anos respectivos, um atuou como docente e o outro atualmente é discente), o que possibilitou compreender a dinâmica do processo de produção de trabalhos acadêmicos por parte dos discentes, bem como o funcionamento diário do curso.

Do ponto de vista teórico, dialogou-se, brevemente, com aspectos pontuais da literatura clássica que trata de aspectos do trabalho policial (GOLDSTEIN, 2003; BITTNER, 2003) e com estudos sobre a educação profissional na Polícia Militar de Minas.

Ao realizar a revisão da literatura sobre a educação profissional na Polícia Militar de Minas Gerais, foram identificadas dissertações e teses que trataram de diversos níveis. O ensino de nível técnico, especialmente focando no Curso Técnico em Segurança Pública foram os primeiros a serem estudados (SANTOS, 2000, RIBEIRO et. al, 2002). O ensino superior, foi alvo de análise, com estudo sobre o Curso Superior de Tecnologia em Atividades de Polícia Ostensiva (HAMADA, 2016) e o Bacharelado em Ciências Militares (LOPES, 2011). Os últimos estudos têm se debruçado sobre temáticas como a formação e as questões de gênero (PEREIRA, 2020), e as relações étnico-raciais e Direitos Humanos (OLIVEIRA, 2020). Alguns pesquisadores realizam estudos mais panorâmicos com foco nas transformações da educação profissional na Academia (HAMADA, 2008; HAMADA, COTTA, 2019; COTTA 2020). Dos trabalhos produzidos, nenhum tratou como objeto de pesquisa a educação policial em nível de pós-graduação.<sup>1</sup> O que torna o presente estudo, mesmo com as limitações típicas de um artigo, uma contribuição relevante a se somar à área de educação profissional de policiais.

O presente texto, elaborado para servir de suporte à exposição da operação de interpretação das fontes coletadas, está organizado em dois momentos. No primeiro, são apresentados aspectos do Curso

---

<sup>1</sup>Silva (2009) tratou da parceria entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro em 1985, para realização do Curso Superior de Polícia e do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Francis Cotta (2020) apresentou aspectos do problema que aqui será verticalizado.

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA**

de Especialização em Segurança Pública, também denominado por Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em sua parte introdutória, é realizada uma narrativa, construída a partir das percepções dos autores nas observações, sobre o perfil dos discentes, denominados aqui de “capitães-alunos”. Essa expressão é uma criação, uma vez que não existe tal posto na hierarquia formal das polícias militares, mas ela procura construir os lugares provisórios desses profissionais durante o processo de ensino-aprendizagem e da construção coletiva do conhecimento.

O segundo momento da exposição tem o subtítulo: “O Parecer 945/2019 do CNE e o reconhecimento das Ciências Policiais: em busca de estratégias para compartilhar as pesquisas”. Nele, são apresentadas possibilidades de mudanças na entrega dos produtos finais, percebidos como coroamento do processo de ensino-aprendizagem, por meio de pesquisas que podem suscitar reflexões e serem aplicadas de acordo com as especificidades de cada produção. Busca-se sugerir processos de elaboração do conhecimento acadêmico que tenham o potencial de circular com maior celeridade diante das ferramentas e sistemas de informação da era digital, que apresentem aderência às diretrizes e necessidades institucionais e que possam contribuir para a construção das Ciências Policiais. Dessa forma, aponta-se para a capacidade institucional de amoldar-se às exigências e tendências da comunidade acadêmica. Plasticidade essa que é uma das características que possibilitam o vigor da Polícia Mineira por mais de 200 anos.

## **2 O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

A transformação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (criado à época da institucionalização do Departamento de Instrução, em 1934) em Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública é indicativo de necessidades da Corporação, pautadas nas transformações sociais e exigências constitucionais.<sup>2</sup> O curso é um

---

<sup>2</sup>Num contexto que buscava a aproximação com a Universidade, em 1985 foi realizado o con-

catalisador dessas mudanças e sofre transformações, que podem ser percebidas nos temas e nas áreas de concentração das pesquisas.

Sobre este assunto, Foureaux (2015) categorizou 1.267 monografias produzidas nas especializações em Segurança Pública, e em Gestão Estratégica de Segurança Pública, entre 1998 e 2013. Ao realizar um estudo bibliométrico constatou que as pesquisas relacionadas às atividades policiais (planejamento, gestão de operações e polícia comunitária) e à gestão de pessoas (educação e correição) se apresentam como uma constante no período analisado. Na sequência, estão os estudos sobre comunicação organizacional (que também englobam os projetos sociais) e inteligência policial. A concentração, em termos de área de conhecimento eram provenientes da Administração Pública (certamente influência dos pesquisadores da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro).

Ainda com a pesquisa em questão, observou-se que os referenciais teóricos do Direito foram, gradativamente, menos utilizados. As Ciências Sociais (Sapori, 2007, 2017 e 2019; Sapori, Sena e Silva, 2010; Escobar, Muniz e Sanseviero, 2004; Beato Filho e Ribeiro, 2016), principalmente, as Ciências Policiais (Espírito Santo, Meireles, 2003) ascenderam de forma recorrente nos embasamentos teóricos (Ibidem).

Dessa forma, apresentam-se no horizonte dos novos pesquisadores em Ciências Policiais desafios que exigem mudanças na praxis acadêmica que se refletirá no trabalho policial, estabelecendo, dessa forma, o diálogo necessário entre teoria e prática. A gestão dos processos que garantem o direito constitucional de segurança pública necessita de profissionais capacitados em termos teóricos e práticos. O “capitão-aluno”, ao se apresentar para a realização do curso, conta com uma trajetória considerável em termos de vivência de temas de segurança pública.

---

vênio com a Fundação João Pinheiro, inicialmente para atender o Curso Superior de Polícia (CSP), e, posteriormente o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA**

Os oficiais intermediários, homens e mulheres, retornam à Academia do Prado Mineiro com experiência, uma vez que atuaram em diversas modalidades do fazer policial, bem como em locais com costumes diferentes, isso devido à extensão do território mineiro e à pluralidade cultural das comunidades. Todos agregam em suas carreiras mais de 10 anos em funções de liderança e na tomada de decisões. Anos esses vividos em meio às exigências internas e externas à Corporação (COTTA, 2020).

Para além dos dispositivos legais e das consequentes responsabilizações decorrentes da atividade policial cotidiana, que é acompanhada por operadores do Direito, tais como promotores, delegados, juizes e advogados, além de cidadãos e de agentes da mídia; existe o arcabouço militar de regramento interno, que atua na conduta do policial, entre eles: o Código Penal Militar; Código Processual Penal Militar; regulamentos e regimentos específicos (Regulamento de Continências, Honras Sinais de Respeito e Cerimonial Militar, Regulamento da Academia de Polícia Militar, entre outros); o Código de Ética e Disciplina dos Militares, e as Avaliações Anuais de Desempenho e de Produtividade.

Os “capitães-alunos” levam consigo de volta à Academia saberes e experiências operacionais e administrativas, adquiridas como presidentes de inquéritos policiais militares, sindicantes, membros de comissões, professores, comandantes de frações destacadas, mobilizadores sociais no campo da segurança pública, especialistas em resolução de situações críticas, negociadores, mediadores de conflitos sociais e outros encargos afins. Experienciaram situações desafiadoras que lhes possibilitaram construir possibilidades para resolução de casos concretos.

Alguns retornam com uma formação acadêmica mais aprimorada em virtude da realização de outras graduações e de pós-graduações, inclusive em nível de mestrado e doutorado. Para alguns, o curso – atualmente precedido de um concurso interno que selecionará só os

melhores classificados no certame conforme as regras do Edital<sup>3</sup> – é percebido como uma etapa a ser vencida em sua carreira, uma vez que sua aprovação é *conditio sine qua non* para a promoção aos postos de major e tenente coronel; para outros, um momento de atualizar-se, e mesmo sair de uma rotina muitas vezes estressante, característica do trabalho policial e de todas as responsabilidades de oficial. Durante praticamente um ano, os “capitães-alunos” se dedicarão ao curso; contudo, sem perder o contato com suas Unidades policiais de origem.

Dentro desse contexto, o Quadro 1 foi confeccionado a partir dos componentes curriculares do curso de 2020, separando-os em quatro dimensões, com o objetivo de verificar as competências que se busca oferecer ao “capitão-aluno”, por meio do CESP.

---

<sup>3</sup>O Concurso nº 719 regulou o processo seletivo interno para o CESP 2020, conforme Edital DRH/CRS Nº 07/2019, de 1/10/2019. O certame intra muros, por um lado permite a atualização de conhecimentos por parte dos candidatos, por outro, é mais um momento de ansiedade na trajetória profissional, pois mesmo aqueles que são aprovados, não tem a garantia de que serão selecionados em virtude do número de vagas. No concurso em questão, havia 132 candidatos que disputaram 30 vagas, sendo a relação de 4,4 de candidatos por vaga. Sensível à necessidade de ampliação dessa quantidade inicial o Comando da Instituição convocou excedentes, vindo a formar duas turmas, ao invés de uma. Todos os aspectos pertinentes aos andamentos desse processo seletivo encontram-se disponíveis em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/crs/concurso.action?tipo=2>.

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

## Quadro 01 - Dimensões dos componentes curriculares e carga horária do Curso de Especialização em Segurança Pública - 2020

Área de Gestão		Saberes Institucionais Específicos	
1) Gestão Pública Contemporânea	24	10) Ética e Deontologia Policial Militar	24
2) Gestão do Conhecimento	24	11) Processo de Comando e Direção	24
3) Gestão por Processos	24	12) Comunicação Organizacional	24
4) Gestão de Pessoas	24	13) Gestão de Operações Policiais	24
5) Gestão de Projetos	24	Total	96 h/a
6) Gestão Orçamentária e Financeira	24	<b>Políticas Públicas, Segurança Pública e Cidadania</b>	
7) Gestão da Qualidade	24	14) Políticas Públicas e Segurança Pública	24
8) Gestão Logística	24	15) Tópicos Contemporâneos em Segurança Pública	36
9) Gestão Estratégica	24	16) Observatório de Segurança Pública	24
Total	216 h/a	Total	84 h/a
<b>Produção Acadêmica do Conhecimento Científico – Temas profissionais da área policial</b>			
17) Metodologia de Pesquisa			36
18) Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)			18
Total			54 h/a
<b>Carga Horária Total</b>			<b>450 h/a</b>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Cotta, 2020

Da análise do Quadro 1 depreende-se que a maior concentração do curso está na área de gestão, a qual corresponde a 48% dos tempos; em seguida se encontra a dimensão de saberes institucionais específicos (21%); em terceiro, os temas relacionados às políticas públicas e segurança pública (19%); e, por último e os tempos destinados a pensar e produzir conhecimento científico, com foco nos temas policiais (12 %). Com fulcro nessa divisão disciplinar e na experiência pessoal dos autores<sup>4</sup>, é possível inferir que, pela proposta atual, o curso busca proporcionar aos seus egressos competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) principalmente voltadas para

<sup>4</sup> Um foi docente para duas turmas de CESP/CAO em cursos pretéritos, enquanto o outro é discente do curso atual (CESP/2020). Essa circunstância de pesquisa e análise, embora não configure, a rigor, uma observação participante ou qualquer outra técnica de investigação, uma vez que não foi elaborado um roteiro de observação com estipulação prévia de objetivos e pormenores, é um aspecto que auxilia na propositora de sistematizações criativas dessa experiência como fonte de oportunidade reflexiva. Parafraçando Minayo (2016) em face dos parâmetros necessários ao desenvolvimento de uma pesquisa científica, sabe-se que é a criatividade um grande diferencial, fruto da experiência e da intuição. Essa subjetividade vivencial contribuiu para as abstrações teóricas e análises deste artigo.

a realização da gestão em segurança pública.

Dessa forma, é importante refletir sobre a necessidade do curso de especialização, requisito para ascensão na carreira dos capitães, ser uma oportunidade para fortalecer as capacidades profissionais requeridas para o bom exercício da sua função corrente (de Oficial Intermediário) e futura (de Oficial Superior). Tal lógica tem fundamento no obrigatório princípio da eficiência<sup>5</sup>, tanto sob o prisma jurídico-constitucional quanto administrativo-técnico, a fim de que o aperfeiçoamento dos gestores de segurança pública gere o máximo de resultados de interesse público com menores gastos de tempo e recursos possíveis.

Dentro desse escopo, para traçar linhas de contextualização das funções na Polícia Militar de Minas Gerais por postos e graduações e as transformações das capacidades e competências técnica e gerencial na estrutura hierárquica, produziu-se a FIG. 1. Percebe-se que, à medida que se eleva na escala hierárquica das funções, exige-se maior capacidade administrativa/gerencial em relação à técnica/profissional.

---

<sup>5</sup>Conforme o caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) a “administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988).

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

**Figura 01 - Funções na PMMG por postos e graduações com linhas dinâmicas ascendentes/descendentes de capacidades (técnica e gerencial) exigidas**



Fonte: Produzido pelos autores a partir das reflexões de Braga (2008) sobre capacitação na Instituição

Observa-se pela FIG 1 que a capacitação dos capitães que integram o grupo de Oficiais Intermediários e, conforme preceitua a Lei complementar 95, de 17/1/2007, que alterou vários dispositivos do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, as funções desse cargo durarão, em princípio, de seis a oito anos. Logo, como bem aponta a adjetivação, a função de tal posto é uma intermediação entre os Oficiais Subalternos (2º e 1º tenentes) e Oficiais Superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis), de modo que coordenará a atuação daqueles e, eventualmente, substituirá a destes. Nesse condão, sua especialização deve ser tratada de uma maneira diferenciada, o que lhe requererá uma carga simultânea de capacidade profissional e de administrativa, com priorização para esta última.

Em relação ao Curso de Especialização em Segurança Pública, percebe-se, a ênfase dada à capacitação gerencial. Qualquer tema

técnico-profissional transmitido aos discentes não se limitará a simples conhecimentos e habilidades de execução das tarefas, mas, muito além disso. Os egressos deverão ser capazes de coordenar tais execuções, promover conhecimentos/habilidades, fiscalizar e direcionar atuações. Portanto, a priorização da gestão como assunto nuclear do aperfeiçoamento em tela<sup>6</sup> é demasiado coerente com seus propósitos, devendo inclusive repercutir nas propostas dos trabalhos de conclusão, como contribuição final-imediata à Instituição em retorno do investimento de especialização programada dos seus gestores.<sup>7</sup>

Nesse sentido, como coroamento do processo de ensino-aprendizagem, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória no CESP.<sup>8</sup> De acordo com a Instrução de Educação de Polícia Militar 002/2019, aprovada pelo Conselho Superior da Academia de Polícia Militar, são objetivos do TCC:

I - desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso, de forma integrada;

II - despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas;

III - estimular a construção do conhecimento coletivo;

IV - estimular a interdisciplinaridade;

---

<sup>6</sup>Em complemento à reflexão quantitativa de 48% da carga-horária do curso, deve-se pontuar que, em números absolutos do total de disciplinas, a representatividade das espécies de “Gestão” compreendidas é ainda maior. Dentre as 18 (dezoito) disciplinas do CESP 2020, 10 são intituladas como de gestão.

<sup>7</sup>A esse respeito, na perspectiva não só de as pesquisas serem aplicadas, mas também as formações e aperfeiçoamentos, observa-se que “a verdadeira capacitação do profissional de segurança pública não se limita em apenas difundir conhecimentos, mas também em promover a prática e a necessidade de instrumentalização dos conhecimentos adquiridos durante o período de formação” (BRAGA 2008, p. 38).

<sup>8</sup>A Resolução 01/2018 do Conselho Nacional de Educação, de 06/04/2018, deixou de exigir como componente obrigatória o TCC para pós-graduação lato sensu, vide artigo 7º daquela (BRASIL, 2018).

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

V - estimular o espírito crítico e reflexivo do discente em relação ao meio social onde está inserido;

VI - estimular a formação continuada;

VII - fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão, por meio da iniciação científica como ferramenta para estimular a capacidade criativa do discente, buscar respostas para os eventos do cotidiano e devolver o resultado à comunidade.<sup>9</sup>

A norma estabelece que a definição dos temas poderá ser procedida pelo Comando-Geral em ato a ser publicado em Boletim Geral. Seguem-se o detalhamento das recomendações relativas à designação de orientador, que deverá ter posto superior ao orientando e possuir o referido curso; o número mínimo de contatos de orientação; as dinâmicas do ato de depósito final da monografia; a constituição da banca de avaliação, que deverá ser de posto superior e também possuir o curso pretendido; da apresentação pública e dos critérios para a avaliação.<sup>10</sup>

No ensino militar, diferentemente do que ocorrera nas pós-graduações civis, o TCC permanece como um componente indispensável às pós-graduações lato sensu, inclusive com apresentação e defesa obrigatória, não o engessa somente ao formato de monografia, em conformidade com o artigo 1º, inciso III, da Portaria Interministerial nº 1/ 2015, *ipsis verbis*: “exijam a apresentação e defesa obrigatória de monografia ou trabalho de conclusão de curso”. Tal norma especial decorre do que dispõe a norma geral que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – Lei 9.394, de 20/12/1996 –, uma vez que esta prevê em seu artigo 83 que “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as

---

<sup>9</sup>MINAS GERAIS. Polícia Militar. Instrução de Educação de Polícia Militar nº 002/2019. Regula procedimentos e critérios para a elaboração e a avaliação de TCC na Academia de Polícia Militar, bem como os procedimentos para autorização e desenvolvimento de pesquisas científicas no âmbito da PMMG e dá outras providências. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2019a.

<sup>10</sup>Idem.

normas fixadas pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

Concomitantemente à independência dada ao ensino militar, há o condicionamento desse às normas do sistema de ensino geral como requisito à equivalência de seus cursos. Em complemento a esse raciocínio, mesmo a citada Resolução 01/2018 do CNE sendo voltada para o público civil, acrescenta sua “observância adaptada” ao rol de condições para as pós-graduações *lato sensu* da educação militar permanecerem equivalentes às da não-militar:

Art. 11. Os estudos realizados no sistema de ensino militar, conforme a Portaria Interministerial nº 1, de 26 de agosto de 2015, ministrados exclusivamente para integrantes da respectiva corporação, serão considerados equivalentes a curso de especialização desde que atendam, no que couber, aos requisitos previstos nos dispositivos desta Resolução (BRASIL, 2018).

Por esse prisma, entende-se que a Resolução em questão não tirou a validade da Portaria Interministerial nº 1/2015, tanto que a menciona expressamente. Entretanto, aquela permitiu a adequação daquilo que couber (ou seja, adaptada) e, logicamente, não conflitar com as especificidades da educação castrense. Assim, dentro dessa contextualização do arcabouço doutrinário-dogmático que envolve a educação militar superior, mais especificamente no âmbito das especializações, na próxima seção, aborda-se um documento específico e os seus possíveis reflexos nas Ciências Policiais, sob o eixo de discussão teórico-epistemológica das estratégias de compartilhamento das pesquisas de conclusão de curso.

### **3 O PARECER 945/2019 DO CNE E O RECONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS POLICIAIS: EM BUSCA DE ESTRATÉGIAS MAIS CÉLERES PARA COMPARTILHAR AS PESQUISAS**

Em meio às mudanças recentes em que se podem vislumbrar oportunidades e afetações ao campo acadêmico-policial, insere-se com considerável relevância o recente reconhecimento das Ciências

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

Políciais como área de conhecimento no rol de ciências estudadas no Brasil, por meio do Parecer 945/2019, do Conselho Nacional de Educação. Em suas considerações iniciais, o relator do parecer, Luiz Roberto Liza Curi, cientista social e doutor em Economia pela Unicamp, afirma: “Há, assim, um ambiente institucional preparado e propício para a recepção da área da Ciências Policiais, cujos estudos podem ser realizados em programas formais que poderão ser ofertados pelas IES que tiverem interesse em aprofundar a temática.”<sup>11</sup> Para o relator, é notória a existência de especialistas na área, que, no entanto, ocupam espaços interinstitucionais, o que não é ruim, pois já representa um avanço quanto ao desenvolvimento das pesquisas. Portanto, o reconhecimento das Ciências Policiais busca:

Ampliar este espaço e potencializar o seu grau de interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, consolidar um ambiente que seja propício para o desenvolvimento formativo dos pesquisadores e da pesquisa de um modo geral, além de ampliar a mobilização intelectual em torno do assunto e os resultados práticos em relação à segurança pública.<sup>12</sup>

Dessa forma, o reconhecimento das Ciências Policiais impacta positivamente nos diversos cursos de nível superior oferecidos pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, destinados àqueles que são aprovados nos processos seletivos para o ingresso e progressão na carreira policial: Bacharelado em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Social (Curso de Formação de Oficiais), Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública (Curso de Habilitação de Oficiais), Superior de Tecnologia em Segurança Pública (Curso de Formação de Sargentos), Superior de Tecnologia em Atividades de Polícia Ostensiva (Curso de Formação de Soldados). As Ciências Policiais potencializam as pós-graduações: Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (Curso de Aperfeiçoamento

---

<sup>11</sup>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Processo 23001.000977/2016-98. Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil. Relator Luiz Roberto Liza Curi. Aprovado em 9/10/2019.

<sup>12</sup>Idem.

de Oficiais) e Curso de Especialização em Segurança Pública (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais).

O interesse *intra* e *extra* muros pelas Ciências Policiais no meio acadêmico é destacado nas considerações iniciais do Relator do Parecer 945/2019 – CNE, quando fala que a “relevância em sua aprovação, portanto, está na mobilização, de largo alcance, tanto de especialistas militares, quanto de interessados civis no tema”.<sup>13</sup>

Nesse cenário, com base na leitura de *Bittner* (2003), verifica-se a relevância de pesquisas aplicadas à atividade policial, a partir de conhecimentos oriundos das Ciências Policiais, que ao realizarem diagnósticos e outros tipos de estudos poderão impactar na operacionalização de ações, estratégias e políticas públicas mais eficazes no campo da Segurança Pública. Assim, avançar na produção acadêmica de segurança pública é investir na vontade constitucional quanto à responsabilização social<sup>14</sup> e à eficiência dos órgãos da Administração Pública.

Ao verticalizar o olhar sobre o Curso de Especialização em Segurança Pública dialoga-se com Herman Goldstein (2003, p. 349) quando afirma esperar que “as instituições de ensino superior contribuam para desenvolver a liderança do campo policial [...]”, bem como que se envolvam “[...] na pesquisa para ajudar a polícia a encontrar respostas melhores para alguns problemas com que rotineiramente deve lidar”.

Dessa forma, os capitães egressos do Curso de Especialização em Segurança Pública se encontram, em média, num momento da carreira que alia a entrada na maturidade profissional, com um mais da metade do tempo para completar sua saída compulsória da Instituição (o que justifica o investimento institucional). Nesse sentido, caso a Polícia Militar estude a viabilidade de transformar algum de seus

---

<sup>13</sup>ibidem.

<sup>14</sup>De acordo com o estabelecido no caput Art. 144, da CF/88, a “segurança pública” é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

cursos de pós-graduação *lato sensu* em *stricto sensu* (por exemplo, em um mestrado profissional em Segurança Pública ou Ciência Policial), o CESP se apresenta como alternativa viável, como meio de investir naqueles policiais que atingirão a alta gestão da Instituição, e aplicarão por um tempo maior os conhecimentos construídos.<sup>15</sup>

Por outro lado, em um cenário de crise de arrecadação financeira do Estado, em virtude de contextos complexos e cenários como desastres e pandemias, se apresentam tendências provisoriamente voltadas para diminuição dos investimentos em todas as áreas. Diante dessa provável impossibilidade momentânea de se investir na educação profissional de Segurança Pública, deve-se procurar propostas alternativas, mas que sejam úteis à Instituição e ao profissional.

Nesse contexto, entende-se que os formatos e quantidades dos Trabalhos de Conclusão de Curso do CESP e CEGESP poderiam potencializar os ganhos institucionais com o aproveitamento do que Goldstein (2003, p. 67) chamou de “acúmulo de experiência e conhecimento”, desenvolvido por meio de pesquisas e principalmente das vivências profissionais, ao explorar a criatividade metodológica (MINAYO, 2016) e otimizar as pesquisas aplicadas (BITTNER, 2003; GOLDSTEIN, 2003).<sup>16</sup>

Dessa maneira, poder-se-ia pensar na utilidade de outros formatos de TCC (para além da monografia), o que é permitido inclusive para graduações. Um deles é o formato de artigo. No caso do CESP, a opção por artigo científico se apresenta como uma alternativa a ser analisada, especialmente em razão da possibilidade de publicações

---

<sup>15</sup>Não obstante constatar-se que a maturidade profissional tende a ser ainda maior por parte dos Oficiais Superiores, o investimento alto que seria feito pela Instituição se perderia mais rapidamente, na medida em que quem realiza o *Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública*, conta com poucos anos na ativa.

<sup>16</sup>Esclarece-se aqui que o Comando da Corporação solicita sugestões de temas com os respectivos objetivos institucionais, a fim de não só determinar os estudos, mas antes, possibilitar a ausculta descendente, na procura dos assuntos de maior relevância aos desafios institucionais contemporâneos.

em revistas ou apresentações em congressos acadêmicos, que compartilham os saberes profissionais, dando-lhe voz nos debates científicos oriundos das Ciências Policiais.

Além dessa possibilidade, há muitas outras modalidades de TCC utilizadas em outras Instituições de Ensino Superior, com as devidas adequações para as especificidades da atividade policial, como por exemplo: Plano de Negócios, Relatório Diagnóstico, Plano de Consultoria Empresarial, presentes nos cursos de Administração; Documentário, Plano de Marketing Empresarial, em cursos de Comunicação ou Jornalismo; Estudos de Caso, presentes em diversas Ciências Sociais Aplicadas. Nota-se que a modificação do formato, para ser efetivamente vantajosa para Instituição, deve gerar economia de tempo e evitar repetição desnecessária.

Nesse sentido, a Corporação teria como possibilidade, de acordo com a natureza da pesquisa e necessidade institucional, lançar mão inclusive de algum tipo de TCC realizado coletivamente. Um problema que se apresenta para muitas polícias, como decorrência das produções oriundas dos seus cursos de especializações, é o excesso de produções que se acumulam nos repositórios infindos e que não são efetivamente compartilhadas ou mesmo aplicadas.

Essa perspectiva caminharia para contemplar mais a qualidade em detrimento da quantidade, o que geraria menos gastos com honorários (pois seriam menos orientadores para acompanhar os trabalhos e menos bancas a serem compostas), menos perda do tempo institucional (de todos os seus servidores que analisariam a aplicação efetiva dos trabalhos, pois teria menor quantidade de documentos a serem lidos)<sup>17</sup>, menor probabilidade de repetição de

---

<sup>17</sup> Neste aspecto, deve-se lembrar do poupar a “hora-homem” desprendida à pesquisa, com um trabalho em grupo, por mais complexo que tende a ser, pelo enriquecimento do trabalho plural (conhecimentos e habilidades diferentes de cada integrante) da equipe, deve-se disponibilizar menos tempo individualmente somado para a consecução final do TCC, em razão melhor otimização de tarefas em grupo. Assim, além de coincidir com os propósitos de gestão do curso, ganhar-se-ia mais tempo do capitão discente exercendo suas funções, o que, em

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

temas, e conseqüentemente diminuição de trabalhos que se tornam arquivos na biblioteca, com baixo ou nenhum aproveitamento para Corporação, como constatou *Foureaux* (2015, p. 14).

A lógica dos trabalhos coletivos de pesquisa, uma constante nas pesquisas das chamadas *Hard Sciences*<sup>18</sup>, deve atender as especificidades das Ciências Policiais, a fim de prevenir distorções nas divisões/contribuições individuais com a entrega/apresentação. Assim, poder-se-ia estabelecer limites de integrantes por tipo de trabalho. Tais trabalhos seriam defendidos perante uma banca, da mesma forma que as monografias, porém, poderiam ter variações conforme as necessidades da Instituição, podendo estabelecer regras e tipos de TCC a cada turma, observando sempre o interesse público, a racionalidade e a eficiência.

Apesar das diferentes possibilidades, a modalidade de artigo acadêmico, voltada para problemas relevantes para a Instituição, apresenta-se como a melhor e mais viável. Primeiramente, porque sendo publicado, trará benefício da produção para os autores e logicamente para Instituição, que terá alunos de seus cursos ampliando a credibilidade científica corporativa. Em segundo lugar, o formato de TCC em tela possibilita homogeneidade de produção aos participantes, pois, como o curso, além de ser requisito para promoção, serve de nota referência na aferição do mérito da formação acadêmica, poder-se-ia estabelecer os artigos sendo feitos pela mesma quantidade de discentes em toda turma. Dessa maneira, não ocorreria situações em que parte dos discentes compusesse grupos de trabalho menores e

---

face da redução do efetivo corrente (e ainda a prevista), torna-se ganho considerável.

<sup>18</sup>O uso da expressão aqui é apenas para situar a condição mais habitual de investigações coletivas nessa área, utilizando de uma das classificações de pesquisa que utiliza as adjetivações em inglês *hard* e *soft* para a diferenciação, sendo para demarcar traços de especificidades e, jamais estabelecendo um ranqueamento de superioridade/inferioridade de tipos de ciência. Uma reflexão interessante nesse viés é feita por Michael Shermer, no texto "The Really Hard Science" (Vide em: <https://www.scientificamerican.com/article/the-really-hard-science/>).

pudessem se sentir injustiçados quanto aos critérios de aferição do mérito intelectual no curso.

Boas práticas nesse sentido vêm sendo desenvolvidas por várias polícias militares no Brasil. A Polícia Militar do Distrito Federal, por meio de seu Instituto Superior de Ciências Policiais, oferece a Pós-Graduação em Ciências Policiais (em nível de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), com a exigência de elaboração de um artigo científico como trabalho de conclusão de curso. O Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba oferece aos seus capitães, o Curso de Especialização em Segurança Pública, com exigência de produção de um artigo, muitos foram publicados recentemente em obra coletiva (FRANÇA, 2020).

No mesmo sentido, em 2018, vários artigos elaborados por capitães do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais foram publicados pela Universidade Federal de Tocantins em dossiê temático intitulado *Mídia e Segurança Pública*, na *Revista Pan-Amazônica de Comunicação*. Todos os 16 artigos tratam de temas relevantes para as Ciências Policiais, a saber: mídia e segurança pública, polícia comunitária, inteligência policial, carreira jurídica, violência de gênero e atendimento policial, instrumentos de menor potencial ofensivo, gestão operacional, educação profissional continuada.<sup>19</sup> Na Polícia Militar do Mato Grosso após a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, o egresso produz um artigo científico e lhe é conferido o título de especialista em Gestão de Segurança Pública.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise do Curso de Especialização em Segurança Pública,

---

<sup>19</sup>O dossiê foi organizado pelo então Tenente-Coronel Dosautomista Honorato de Melo, da Academia de Polícia Militar do Tocantins, Profa Dra Darlene Castro, da Universidade Estadual do Tocantins, e Profa Dra Valdirene Silva, do Centro Universitário Luterano de Palmas. Cf.: Aturá. *Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, da Universidade Federal do Tocantins, v. 2, n. 3. set./dez. Palmas, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/issue/view/300>

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

em virtude da concentração na área de gestão, bem como das atividades e funções a serem desenvolvidas pelos egressos, poderia denominar-se *Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública*, uma vez que se destina aos futuros maiores e tenentes-coronéis, responsáveis pela gestão da Corporação. Ao assumirem a alta gestão da Corporação, no processo de progressão da carreira e em busca de novas competências, realizariam, na sequência, o *Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública*.

Outro aspecto importante que se apresenta diante da abertura da Academia de Polícia Militar para os diálogos acadêmicos é discutir a possibilidade de transformar o Trabalho de Conclusão de Curso, da atual monografia, para a modalidade de artigo acadêmico original, que seria submetido e publicado em revista científica avaliada pela CAPES. Isso se justifica pelo fato de que quando da conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Militares, o egresso já apresenta uma monografia; no nível de especialização seria o momento para uma produção intelectual mais sintética, objetiva e verticalizada, fruto da experiência e do amadurecimento profissional.

A natureza profissional da Pós-Graduação em Segurança Pública, as experiências e os conhecimentos agregados pelos “capitães-alunos”, bem como as “condições de produção”, especialmente àquelas ligadas à disponibilidade de tempo e a continuidade das atividades laborais, se apresentam como argumentos plausíveis para a modalidade de artigo acadêmico original e bem estruturado, que ao ser publicado em revista científica, preferencialmente disponível na Internet, o que atingiria de maneira mais célere a comunidade de pesquisadores, responsáveis pelas políticas públicas e os profissionais de segurança pública.

Tais publicações, juntamente com o desenvolvimento de outras ações pontuais, contribuiriam para que o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar continuasse seu processo de construção do Mestrado Profissional em Segurança Pública ou

Ciências Policiais. Uma vez que, de acordo com a CAPES, o mestrado profissional se constitui numa modalidade de pós-graduação stricto sensu como o objetivo de “capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho”.<sup>20</sup>

As transformações, inovações e, sobretudo, a plasticidade da educação profissional da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais contribuiriam para as mudanças em curso, especialmente da pós-graduação com foco na construção de Ciências Policiais que buscam dialogar com o universo acadêmico mais amplo.

## REFERÊNCIAS

BEATO FILHO, Cláudio, RIBEIRO, Ludmila. **Discutindo a reforma das polícias no Brasil *Civitas***, Porto Alegre, v. 16, n. 4, e174-e204, out.-dez. 2016.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Ed. USP, 2003.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 20 Dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 18/05/2020.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Portaria Interministerial 01, de 26 de agosto de 2015**. Imprensa Nacional, 2015. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de

---

<sup>20</sup>BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 389, de 23/3/2017. Dispõe sobre o Mestrado e Doutorado Profissional no âmbito da Pós-Graduação stricto sensu. Diário Oficial da União Nº 58, de 24/3/2017, p. 61.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

pós-graduação lato sensu. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32422774/do1-2015-08-27-portaria-normativa-interministerial-n-1-de-26-de-agosto-de-2015-32422630](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32422774/do1-2015-08-27-portaria-normativa-interministerial-n-1-de-26-de-agosto-de-2015-32422630). Acesso em: 19/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 945/2019**, do Conselho Nacional de Educação. Portal do MEC, 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=132881-pces945-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=132881-pces945-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06/03/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução 01/2018**, do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 06/04/2018. Portal do MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>; Acesso em: 19/05/2020.

BRAGA, Tiago Farias. **A capacitação técnica do cadete da PMMG e o local de crime**. 2008. 174 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Militares, área de Defesa Social) – Centro de Ensino de Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2008.

COTTA, Francis Albert. **Ensino e Pesquisa na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais**: da formação do combatente ao pesquisador em Segurança Pública. In: FRANÇA, Fábio Gomes de. (Org.). *Pesquisas em Segurança Pública*. João Pessoa: Ideia, 2020.

ESCOBAR, Santiago; MUNIZ, Jacqueline; SANSEVIERO, Rafael; SAIN, Marcelo Fabián e ZACCHI, José Marcelo. **La Seguridad Ciudadana Como Política de Estado**. Frienderich Stiftung. SUR, 2004.

ESPÍRITO SANTO, Lúcio E. do; Meireles, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003.

FRANÇA, Fábio Gomes de. (Org.). **Pesquisas em Segurança Pública**. João Pessoa: Ideia, 2020.

FOUREAUX, Ricardo Luiz. **Bibliometria da Polícia Militar de Minas Gerais**: categorização e análise das pesquisas do Curso de Especialização em Segurança Pública e do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (1998-2013). Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Fundação João Pinheiro/Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2015.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. São Paulo: Ed USP, 2003.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Ensino Profissional na Polícia Militar de Minas Gerais**: análise do efeito-professor no Curso Técnico em Segurança Pública. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Um olhar além dos quadros**: o que fazem os professores no ensino profissional de segurança pública. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

HAMADA, Hélio Hiroshi; COTTA, Francis Albert. **Contextos e reflexões sobre a educação profissional da Polícia Militar de Minas Gerais**. *O Alferes*, Belo Horizonte, v. 29, n. 74, p. 10-37, jan./jun. 2019.

LOPES, Paola Bonanato. **Curso de Bacharelado em Ciências Militares**: reconstrução do percurso-sócio-histórico sócio-histórico, análise da concepção pedagógica e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução de Educação de Polícia Militar nº 02/2019**. Regula procedimentos e critérios para a elaboração e a avaliação de TCC na Academia de Polícia Militar, bem como os procedimentos para autorização e desenvolvimento de pesquisas científicas no âmbito da PMMG e dá outras providências.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-GRADUADA E AS CIÊNCIAS POLICIAIS EM MINAS: DESAFIOS PARA A ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA

Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2019a.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Catálogo de Cursos e Treinamentos da PMMG**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar - Divisão de Ensino, 2019b.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Pública**. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes de. **Questões étnico-raciais e a formação do policial militar**. Um estudo na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Exame para Qualificação (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

PEREIRA, Eduardo Godinho. **A profissionalização de homens e mulheres na Polícia Militar Mineira segundo a perspectiva de gênero**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

RIBEIRO, Ricardo Santos et al. **A reforma da educação de segurança pública na PMMG**. *O Alferes*: Belo Horizonte, v. 17, n. 54, p. 43-66, jul/dez. 2002.

SAPORI, Luis Flavio; SENA, Lúcia Lamonier; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. (2010). **A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte**, pp. 38-80. In: Crack: um desafio social. Organizadores: Luis Flavio Sapori e Regina Medeiros. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010, 220p.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luis Flávio. **Desafios da governança do sistema policial no Brasil:** o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. Revista brasileira de segurança pública. São Paulo v. 7, n. 1, Fev/Mar 2013, p. 102-130.

SAPORI, Luis Flávio. **A Política de Segurança Pública na Sociedade Brasileira.** Escola do Legislativo de Minas Gerais. Livro Políticas públicas, múltiplos olhares, 2019, p. 131-161.

SANTOS, Marcos Antônio. **A formação básica do policial militar de Minas Gerais:** as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2000.

SILVA, Sérgio Luiz Félix. **A parceria entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro:** uma busca de legitimidade em ambientes altamente institucionalizados? Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.